

MACHADO, Lucília R. de Souza. *Educação e divisão social do trabalho; contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro.* São Paulo, Autores Associados, Cortez, 1982. 15p. (Coleção educação contemporânea)

O estudo pretende ser uma contribuição à conceituação da problemática econômica, social, política e filosófica do ensino técnico industrial no Brasil.

Teve como propósito inicial, ampliado posteriormente, efetivar a análise das questões mais gerais acerca da relação entre a escola técnica e a divisão social do trabalho em sociedades do tipo capitalista, e a das questões específicas decorrentes do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e suas relações com o surgimento e a consolidação da escola técnica industrial no país.

Para atingir a pretendida conceituação, considerou necessário apreender o ensino técnico-industrial brasileiro em seu movimento, na sua multiplicidade, na sua diversidade e nas suas contradições; no seu movimento, através de uma análise genético-estrutural, o que implica em reconhecê-lo, não como produto acabado, mas em constituição, o que exige a análise da sua evolução histórica, e na sua exterioridade, na sua representação habitual, num primeiro movimento. Buscar a compreensão global deste tipo de ensino através da análise dos fundamentos teóricos do ensino técnico e através do confronto entre estes fundamentos e todas as implicações relativas ao contexto histórico de cada período.

O trabalho se apresenta estruturado em cinco capítulos, nos quais a autora examina a constituição histórica do ensino técnico industrial, como algo que foi produzido a partir de necessidades econômicas, políticas e sociais objetivas, e o papel do técnico industrial como um personagem com funções econômicas, políticas e sociais, também objetivas.

A ênfase do trabalho, segundo Gaudêncio Frigotto, recai sobre "a busca de um instrumental alternativo que possibilite a utilização das contradições existentes no interior da prática do ensino técnico, a fim de se fazer avançar a ótica da classe interessada na transformação das relações de produção baseadas na desigualdade social".

Na primeira parte a autora se detém na análise da constituição histórica do nosso ensino técnico, compreendido como parte de um todo mais complexo. O estudo retrospectivo não pretende ser uma exaustiva análise de todas as implicações relativas ao contexto histórico de cada período. Não se limita também a um simples levantamento de datas e fatos. Realiza minuciosa análise do quadro de relações a partir do qual se sugerem algumas possibilidades de explicação para as transformações que ocorreram a nível de ensino técnico.

Discorrendo sobre quatro momentos — até 1930, de 1930 a 1945, de 1945 a 1964 e após 1964 —, coletou de cada período três tipos de informação: as datas mais significativas, os números estatísticos e os dados do contexto econômico-político e social.

Ressalta, como fatos relevantes que permitiram maiores avanços no setor e que mostram como o Estado passou a assumir nova posição e a divulgar outras concepções e valores a respeito deste ensino, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (em 1930), que possibilitou uma política centralizada e unificada; o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, ao combater o dualismo entre ensino cultural e profissional; a reestruturação do Ministério da Educação; a promulgação da Constituição de 1937, que instituiu a cooperação entre a indústria e o Estado possibilitando uma mais efetiva atuação na área; a criação do SENAI; a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que unificou o ensino em todo o Território Nacional; e a Reforma Capanema, que consolidou a dualidade do sistema educacional (ensino secundário, destinado a prepara-

rar as individualidades condutoras, e profissional, destinado a formar mão-de-obra qualificada para as necessidades do sistema produtivo).

Segundo a autora o período de 1945 a 1964 foi também marcante para a evolução do ensino em questão, na sua estrutura. A época, denominada Populismo, caracterizou-se pela pressão crescente das massas sobre a estrutura do Estado, resultando em grandes conquistas. Assim, as mudanças decorrentes das próprias necessidades de desenvolvimento econômico forçaram alterações dos seus programas e conteúdos. Por outro lado, a questão da equivalência dos cursos técnicos em relação aos cursos secundários, ao merecer maior atenção do Ministério da Educação, no sentido de se efetivar a sua regulamentação, apesar da estrutura elitista do sistema, permitiu também avanços dignos de nota.

Prosseguindo na sua análise, a autora mostra o ensino técnico e a educação brasileira após 1964 organizando-se no sentido de atender às necessidades criadas pela transformação na base econômica. O ensino técnico teve sua importância aumentada pela contribuição dada ao aperfeiçoamento profissional da força de trabalho. Ainda neste período, verificou-se um maior empenho do Estado no sentido de garantir a estabilidade política, fundamental à nova estratégia de desenvolvimento. Tudo isso provocou ampla repercussão no sistema educacional.

As reflexões da autora sobre qual seria a relação do ensino técnico com o controle político-ideológico a partir de 1964 levam-na a concluir que sua função não seria apenas a nível de contribuição técnica. Constata que existe sempre a possibilidade de o técnico desempenhar um papel diferente, identificado com os interesses do trabalhador. Eis por que seu papel se reveste da maior importância, já que a possibilidade de negação do que dele é exigido é uma questão fundamental para o capital. Neste contexto o papel da escola técnica ganha maior dimensão.

Tecendo comentários acerca da influência da reforma preconizada pela Lei nº 5 692/71, Lucília Machado considera que a Lei nº 6 297/75 (que institui incentivos fiscais ao treinamento) mostra-se mais adequada às necessidades do capital. Conclui esta apreciação comprovando que o ensino técnico-industrial continua a existir tal qual vigorava antes de

1971, sendo ainda a principal fonte de fornecimento de mão-de-obra especializada. Acreditando que ele é passível de sofrer alterações para seu melhor ajustamento, constata que o capitalismo ainda não pode abrir mão deste tradicional tipo de ensino. Enquanto isso, deve-se procurar alternativas mais eficazes para o abastecimento do mercado de mão-de-obra deste nível.

No segundo capítulo, a autora direciona o trabalho no sentido de precisar o que é o técnico industrial, visto como personagem novo, pois seu papel assumiu uma maior dimensão na atual etapa histórica, em que a ciência e a tecnologia, como forças produtivas básicas, estão cada vez mais ligadas à produção e em que a divisão do trabalho atinge um alto nível de fracionamento. O técnico, segundo Lucília Machado, deve, dominando elementos ao mesmo tempo do trabalho manual e intelectual, servir de ponto de ligação entre estes tipos de trabalho, e assim, concorrer para a aplicação mais eficaz das contribuições da ciência e da administração. Cabe-lhe, ao mesmo tempo, dissimular todos os preceitos morais, éticos e ideológicos que possam interferir no processo de produção e acumulação. Segundo a Lei nº 5 524/68, que regulamenta a profissão no setor industrial, o técnico de nível médio é definido pelos requisitos necessários à sua formação. Considera imprescindível que se busque em outras fontes elementos para uma definição mais abrangente a respeito do que seja o técnico em termos econômicos, políticos e sociais.

A terceira parte do trabalho centra-se no exame do papel atribuído ao ensino técnico a partir das concepções vigentes.

A autora levanta algumas indagações, visando oferecer elementos que permitam identificar melhor os princípios e as raízes básicas da concepção predominante a respeito dos recursos humanos e do papel do ensino técnico. Assim se interroga sobre qual o papel que tem a concepção de que primeiro é preciso que o homem possua preparo cultural e que saiba trabalhar para poder depois participar, reivindicar, ter noção de civismo e escolher seus governantes, e obter recompensas. Pergunta por que é tão difundida a crença de que o analfabeto e o homem simples que pouco estudou são seres incapazes, cidadãos de segunda categoria que não têm cultura e que, por isso, não podem opinar sobre os problemas

de seu país. Qual é o caráter deste civismo reclamado? Não existiriam outros fatores mais preponderantes que explicariam melhor o problema da alienação política? Não é, ao contrário do que se supõe, pela prática da democracia que os indivíduos têm condições de desenvolver seus sentimentos e práticas cívicas? O que significa então, colocar o ensino técnico a serviço da segurança nacional? O que está subjacente a esta concepção? Lucília Machado acredita que todas estas questões são por demais complexas e estão a exigir cada uma delas uma reflexão mais profunda.

As respostas apontam para a necessidade de uma sistematização dos princípios teóricos básicos que informam a concepção dominante do ensino técnico-industrial brasileiro. A identificação destes princípios através das teorias Estrutural-Funcionalista, do Capital Humano e da Modernização, que constituem o bloco teórico que arma a ideologia dominante sobre o ensino técnico, se encontra no quarto capítulo. Trata-se de uma tentativa de decomposição das teorias, que a autora julga de fundamental importância para atingir o objetivo central do trabalho. Considera que só é possível uma real conceituação do ensino técnico-industrial brasileiro se nesta conceituação se levar em conta a totalidade que envolve a sua problemática, e esta envolve, necessariamente, a luta ideológica que a ela subfaz. Salienta, ainda, que as teorias, embora se apresentem independentes entre si, têm na verdade pontos de interseção, a começar pelo horizonte comum que é a ideologia da classe dominante sobre o capitalismo.

Ao longo da análise procura mostrar a inadequação destas teorias, ao estabelecerem algumas separações entre elementos da realidade que devem ser analisadas e compreendidas no seu todo. Considera, contudo,

que pelo fato de serem parciais não importa significar que sejam dispensáveis. Precisam ser estudadas, pois cumprem um papel importante na realidade social: ocultam-na, mas também são capazes de revelá-la. Por outro lado, o avanço teórico consiste em perceber a ligação estreita e indissolúvel de todos os aspectos de um mesmo problema, e a sistematização das teorias ocorre por dois motivos. Em primeiro lugar, procura mostrar onde devem ser buscados os pressupostos que embasam as noções questionadas. Em segundo lugar, esta sistematização corresponde a um dos termos de contradição entre concepções teóricas.

Considerando que o progresso técnico ocorre quando se percebe a interdependência entre aspectos de um mesmo fenômeno, a autora julga que os dois termos desta contradição devem ser tratados. Os contrários se opõem e constituem, ao mesmo tempo, uma unidade.

No quinto capítulo cuida de mostrar a concepção predominante, e, pela crítica aos seus pressupostos, vai apresentando os seus delineamentos do referencial alternativo, sistematizado neste capítulo, que trata da sua elaboração. Parte do pressuposto de que existem contradições no seio da escola técnica e que é necessário fazê-las aflorar. Neste sentido a conquista desta escola pelas classes dominadas faz parte da estratégia mais geral de transformação da sociedade.

Lucília Machado conclui que os conceitos tratados nesta parte do trabalho "se colocam em oposição à concepção dominante, já que a existência desta pressupõe a existência do seu contrário. Ambas as formas de interpretação de maneira viva, se movimentam e constituem um todo, o qual é, em última instância, a problemática do ensino técnico-industrial no Brasil". (NWSPC)